

## **PORTARIA Nº 773, DE 19 DE OUTUBRO DE 1990**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições,

Considerando que compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, de acordo com os arts. 21, XVI, e 220, § 3º, I, da Constituição;

Considerando a necessidade urgente de se estabelecer a uniformização dos critérios classificatórios das diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

Considerando ser dever do Poder Público informar sobre a natureza das diversões e espetáculos públicos, as faixas etárias às quais não se recomendem, bem como os locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

Considerando, ainda, que o artigo 254 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), proíbe a transmissão, através de rádio ou televisão, de espetáculos em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - As diversões e espetáculos públicos são classificados previamente como livres ou como inadequados para menores de 12 (doze), 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos.

**Art. 2º** - Os programas para emissão de televisão, inclusive "trailers", têm a seguinte classificação:

- a) veiculação em qualquer horário: LIVRE;
- b) programa não recomendado para menores de 12 anos: inadequado para antes das vinte horas;
- c) programa não recomendado para menores de 14 anos: inadequado para antes das vinte e uma horas;
- d) programa não recomendado para menores de 18 anos: inadequado para antes das vinte e três horas.

Parágrafo único - São dispensados de classificação os programas de televisão transmitidos ao vivo, responsabilizando-se o titular da empresa, ou seu apresentador e toda a equipe de produção, pelos abusos e desrespeito à legislação e às normas regulamentares vigentes.

**Art. 3º** - A classificação informará a natureza das diversões e espetáculos públicos, considerando-se, para restrições de horário e faixa etária, cenas de excessiva violência ou de prática de atos sexuais e desvirtuamento dos valores éticos.

**Art. 4º** - A classificação indicativa, atribuída em portaria do órgão competente do Ministério da Justiça, será publica no Diário Oficial da União.

**Art. 5º** - As fitas de programação de vídeo deverão exibir, no invólucro, informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que não se recomenda, observada a classificação estabelecida no artigo 1º.

**Art. 6º** - Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada na respectiva portaria de classificação indicativa.

Parágrafo único - Nenhum programa de rádio ou de televisão será apresentado sem aviso de sua classificação, antes e durante a transmissão.

**Art. 7º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JARBAS GONÇALVES PASSARINHO**

(Of. nº 178/90)

Publicada no DOU de 29 de outubro de 1990, Seção 1, pág 20551